

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**SAÚDE: UMA PRÁTICA EDUCATIVA NO BRASIL**

LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO  
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**SAÚDE: UMA PRÁTICA EDUCATIVA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como  
requisito para a obtenção do título de licenciatura em  
Pedagogia

ORIENTADORA: DAYSE MARTINS HORA  
RIO DE JANEIRO  
2006

## Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais Paulo e Ana  
Lúcia que nunca mediram esforços em prol da  
minha educação, me ensinando que a maior  
herança que eles poderiam me oferecer seria o  
conhecimento.

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.  
Paulo Freire

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar aos meus pais, minha avó e ao meu noivo Daniel que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos desta longa caminhada.

Às amigas, Diana, Laila, Simone e Lisi, pelo muito que aprendemos, descobrimos, trocamos e sonhamos juntas.

À orientadora Prof<sup>a</sup> Dra. Dayse Martins Hora pelas horas dedicadas ao enriquecimento do meu conhecimento, pelas conversas lúcidas e esclarecedoras e pelo carinho ao longo de três anos de pesquisa de iniciação científica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>1. HISTÓRICO DO PERÍODO DE 1930 à 1945.....</b>	<b>08</b>
1.1 O fim da República Velha e o início de uma nova era.....	10
1.2 A organização do Estado Nacional.....	12
1.3 O governo constitucionalista (1934 – 1937).....	16
1.4 O Estado Novo (1937-1945).....	17
1.5 A economia na Era Vargas.....	21
1.6 Produção cultural na Era Vargas.....	25
<b>2. REORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE.....</b>	<b>29</b>
2.1 A Gestão Capanema.....	30
2.2 A reforma Capanema e as Conferências Nacionais de Saúde.....	33
2.3 A Organização dos Serviços Sanitários.....	35
2.4 As campanhas contra as epidemias.....	37
<b>3. MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>45</b>
3.1 Movimento Escolanovista.....	45
3.2 História da educação no Brasil.....	47
3.3 A reorganização dos ensinos Primário, Secundário e Superior.....	50
3.4 Saúde: Uma prática Educativa no Brasil.....	51
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como enfoque a busca de informações que caracterizem os principais aspectos da saúde pública do Rio de Janeiro, no período de 1930 a 1945, que influenciaram no currículo da formação de professores, configurando a saúde como uma prática educativa.

"Esclarecida e edificada pelas vicissitudes dos últimos tempos e pela grave lição do mundo contemporâneo, a opinião pública já se convencera de que nos velhos moldes e através das antiquadas fórmulas institucionais seria impossível assegurar a existência e o progresso da Nação em face das terríveis forças contra ela desencadeada."  
SCHWARTZMAN (1983, p.25)

O momento histórico no qual se insere este trabalho era de grande ebulição política, econômica e social, quando o país após a revolução de 1930 passa a ser governado pelo presidente Getúlio Vargas. O sentimento de progresso se espalha entre a população fazendo com que as pessoas se manifestassem por transformações rápidas e profundas na sociedade. Assim neste período, configura-se a saúde como uma prática educativa no Brasil e o estado como o provedor do zelo em torno da saúde e da higiene. A maneira mais fácil de transmitir informações sobre saúde seria aliar-se a uma instituição que já cuidasse da preparação da criança para o exercício de suas funções sociais: a escola.

No primeiro capítulo deste trabalho abordaremos as questões políticas, econômicas e sociais do governo de Getúlio Vargas, com o intuito de entender melhor o ambiente intelectual, político e ideológico do período citado. A aceleração do processo de urbanização, a ampliação da massa trabalhadora em precárias condições de higiene, saúde e habitação, a acumulação de capital industrial, próprios da economia em expansão, todos esses aspectos

faziam com que a sociedade demandasse políticas sociais capazes de dar conta dos problemas mencionados, sobretudo os de saúde. Principalmente para atender às necessidades de trabalho emergentes da indústria manufatureira.

“A velocidade em que se transformavam as formas tradicionais de governo, valores, hierarquias sociais e políticas colocavam em pauta a necessidade de novos métodos, novas formas de controle social” HERSCHMANN (1996, p.23)

O segundo capítulo será dedicado à discussão sobre a reorganização das políticas públicas de saúde. Fixamos a busca por dados históricos que relatassem as configurações políticas, econômicas e sociais que caracterizavam a saúde no período, buscando saber como se configurava a liderança sanitária no período referido, de onde vinham as ordens, quem as presidia, dentre outras questões. Pesquisamos sobre as doenças que assolavam a população e sua incidência histórica para os currículos educacionais, fazendo um contraponto entre as medidas sanitaristas vigentes no período e a ebulição das idéias sobre a educação como meio difusor das práticas sanitaristas no país.

O conhecimento das propostas e estratégias de saúde para a população, as causas de mortalidade, o equipamento hospitalar existente, a ocorrência de doenças e muitos outros aspectos correlatos são indispensáveis para a definição e aprimoramento da ação conjunta entre educação e saúde. Entretanto, queremos entender melhor como estas questões permearam as práticas educativas difundindo e legitimando as ações da própria saúde.

O terceiro capítulo abordará as mudanças implementadas na educação brasileira. O início da década de 1930 tem por marca no campo educacional a criação do Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, as reformas educacionais empreendidas por Anísio Teixeira, dentre outros fatos marcantes.

Neste período (de 1930 a 1945) foram lançadas as bases que fundamentariam as políticas públicas de educação e saúde e informariam a estrutura do ministério. Privilegiou-se aqui também a ação dos sanitaristas e intelectuais que figuraram como atores importantes no processo de construção ideológica não só das estruturas do Estado, como também das próprias políticas.

Deste modo, pretendemos mostrar a importância da educação sanitária como uma das políticas sociais do Estado Novo com objetivos claros de manutenção da saúde da classe trabalhadora frente à expansão do capitalismo e com intenções claras de aliar-se à escola para a divulgação dos novos hábitos.

✓

## CAPÍTULO 1

### Histórico do período de 1930 à 1945

O governo de Getúlio Vargas que aqui estudamos, de 1930 a 1945, não foi um período homogêneo e por isto pode ser dividido em quatro fases:

- Entre 1930 a 1937 – se constituiu de uma fase de indefinições, quando vários caminhos de projetos foram colocados em pauta e houve uma grande mobilização da sociedade em torno do governo. Foi aberto um leque de opções e o governo teve que conviver com imensas ameaças e teve diante dele uma série de dificuldades. Mas esta fase também pode ser dividida em duas:
  - de 1930 a 1934 – o governo Provisório, após a Revolução de 30, que Getúlio governava por Decreto-Lei, numa ditadura informal;
  - de 1934 a 1937 – o governo Constitucional, quando Getúlio foi eleito pela Assembléia Constituinte e o país passou a ter uma Constituição.
- Entre 1937 a 1945 – época da vigência do Estado Novo, com a introdução de um novo regime político e novas regras, quando Getúlio exerceu um poder ditatorial. Este período também pode ser considerado em duas fases:
  - de 1937 a 1942 – que representou a consolidação do regime e foi caracterizado por reformas significativas;
  - de 1942 a 1945 – quando as contradições do regime se tornaram explícitas com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos aliados.

Neste período o governo se voltou mais claramente para as classes trabalhadoras, buscando apoio.

## 2.1 O Fim da República Velha e Início de uma Nova Era

Em 1º de março de 1930 foram realizadas eleições para escolher o sucessor de Washington Luiz. O Partido Republicano Paulista indicou para dar continuidade à república oligárquica, formando a reação conservadora, os candidatos: Julio Prestes para a presidência e Vital Soares para Vice. Esta indicação preteriu o candidato de Minas, o presidente do estado Antônio Carlos de Andrada que deveria ser o indicado seguindo a política café-com-leite entre São Paulo e Minas Gerais.

Os políticos mineiros não aceitaram a indicação de São Paulo e se uniram ao Rio Grande do Sul, lançando a Aliança Liberal com a chapa Getúlio Vargas e João Pessoa, que era sobrinho de Epitácio Pessoa. A Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao café e tinha como objetivo sensibilizar a classe média. A Aliança não conseguiu vencer a máquina eleitoral montada pela República Velha, a fraude dominou o pleito inteiramente e Julio Prestes venceu as eleições com 1.019.709 votos contra 737.000 de Getúlio Vargas.

Perdida a eleição nas urnas, a única saída para os ideais da aliança era a revolução, mas nem todos seus partidários estavam dispostos a seguir por este caminho e no primeiro momento a vitória de Júlio Prestes foi reconhecida inclusive pelo líder gaúcho Borges de Medeiros. Mas a conspiração contra o Governo se mantinha com a participação de figuras importantes, como: Antônio Carlos, Getúlio Vargas e tenentes revolucionários da Coluna Prestes-Miguel Costa e chefes dos levantes de 1922 e 1924 como: Juarez Távora, João

✓

Alberto, Siqueira Campos e Cordeiro de Farias. Os tenentes pretendiam "moralizar" o estado e colocar um fim na Política dos Governadores.

Uma república sem vocação para incorporação da sociedade que surgia com a expansão da vida mercantil, era liberal em economia, mas excludente em política e no social, criada por pessoas com frágeis convicções republicanas e sem a participação do povo. (CARVALHO, 2001, p.111)

Em maio de 1930, os tenentes tiveram um desentendimento que colocou em oposição o grupo de Prestes e o de Juarez Távora. As adesões à causa revolucionária cresciam e receberiam o apoio das classes médias urbanas e de oligarquias insatisfeitas, mas estas desejavam apenas a mudança dos grupos no poder e não reformas sociais e econômicas que melhorassem a vida dos brasileiros.

A situação que vivia o país era agravada pela crise mundial de 1929, gerada pela quebra da bolsa de Nova York, que levou a cotação do café no mercado internacional a cair a níveis insustentáveis, numa época em que existiam estocadas mais de 27 milhões de sacas de café.

O principal produto de exportação brasileiro, que representava 50% das exportações e que tinha a força de eleger presidentes da república, colocou Washington Luís na maior crise da história da república, gerando pânico entre os fazendeiros e entre o povo que vivia assombrado com a fome e o desemprego. Ao final de 1929, 579 fábricas fecharam suas portas só no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O estopim do levante, no entanto, ocorreu com o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, numa confeitaria em Recife, atacado a tiros, por João Dantas, membro de um família tradicional da Paraíba.

Em 3 de outubro de 1930 teve início a revolução no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, no dia seguinte o nordeste, sob o comando de Juarez Távora, aderiu. Os militares depuseram o presidente no Rio de Janeiro, em 24 de outubro e instalaram uma junta provisória no governo, que duraria pouco, somente até a chegada dos gaúchos à cidade, incluindo Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas foi empossado como Presidente provisório da República, em 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, dando início a uma nova fase da República Brasileira. O estado que surgiu em 1930 nasceu da crise das elites da República Velha e da insatisfação dos estados de segunda grandeza, acumulada por cerca de duas décadas de federalismo desigual, praticado durante sua existência. O liberalismo político se encontrava degradado pelas políticas oligárquicas e o país se mostrava incapaz de incorporar os novos grupos sociais que despontaram. Os grupos que assumiram o poder no país: foram os tenentes e políticos gaúchos, eles criaram um Estado forte e centralizado, cuja intervenção na economia foi crescente.

## 2.2 A Organização do estado nacional

Com a posse de Getúlio Vargas, o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Municipais foram fechadas, os presidentes dos estados foram depostos e a Constituição de 1891, foi revogada. Getúlio Vargas passou a governar através de Decreto-Lei.

As primeiras medidas tomadas pelo Governo foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos tenentes, entre elas estava o sistema de interventorias, um importante instrumento de controle do poder central. Os primeiros interventores não demonstravam sintonia com as forças políticas locais e foram necessárias diversas substituições até se conseguir uma solução harmoniosa.

Mas, enquanto fazia concessões e modificações dos interventores, Vargas reforçava o controle sobre os Estados e diminuía sua autonomia. Em 1931 foi publicado o Código dos Interventores que impedia os estados de obter empréstimos externos sem autorização do Governo Central, além de limitar os gastos dos estados com serviços de polícia militar, proibindo o uso de artilharia e aviação nestas polícias e que elas fossem armadas com recursos superiores aos do exército. Estas medidas visavam restringir o poder das oligarquias regionais.

Na área social foram feitos progressos significativos, os problemas sociais passaram a ser visto sob um novo enfoque, deixando de ser "caso de polícia" para serem tratados como problemas a serem resolvidos. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O estado passou a ser árbitro dos conflitos entre patrões e empregados com a instituição das Juntas de Conciliação e Julgamento. Os operários embora não tendo participação na política passaram a ser protegidos por um Governo forte, autoritário e paternalista.

Entre 1931 e 1934 foram promulgadas várias leis e decretos de proteção ao trabalhador: a jornada de trabalho foi fixada em oito horas tanto no comércio como na indústria, foi regulamentado o trabalho para as mulheres e para os menores, foi colocada em vigor a Lei de Férias, que já existia desde 1925 para os comerciários, mas que levaria 20 anos para ser cumprida em sua totalidade; foi criada a Carteira de Trabalho e ampliado o direito a

—

pensões e aposentadorias. Em 1933 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e em 34 o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

A Lei de Nacionalização do Trabalho estabelecia a exigência da presença de 2/3 de trabalhadores nacionais em qualquer estabelecimento comercial e industrial. Foi criada uma legislação sindical que regulamentou a existência dos sindicatos patronais e operários, num esquema corporativista de sindicato único. A legislação reunia patrões e empregados como elementos de sustentação do Governo.

Em 19 de março de 1931 com o Decreto 19.770 foi adotado o sindicato único como modelo no Brasil. Com este modelo só era reconhecido um sindicato por categoria profissional e o regime atrelava a participação nos benefícios sociais à condição do trabalhador ser sindicalizado. O Governo atraía as lideranças dispostas a compactuar com o projeto corporativista e afastava antigos anarquistas e comunistas.

Outro ministério criado em 1930, foi o Ministério da Educação e Saúde Pública, entregue ao mineiro Francisco Campos. Centralizou as tarefas ligadas ao ensino e deu a elas uma orientação nacional. Em 1931, um decreto organizou o ensino secundário que passou de seis para sete anos divididos em dois ciclos, em 1932 foi criada a Inspetoria de Ensino Profissional-Técnico e em 1934, a Universidade Técnica Federal.

O número de alunos do ensino secundário entre 1930 e 1936 passou de 40.000 para 160.000 enquanto a população se elevou de 34 para 38 milhões no mesmo período. Entre 1932 e 1936 o número de escolas secundárias aumentou de 394 para 552 e os estabelecimentos primários aumentaram de 27.000 em 1932 para mais de 40.000 em 1939 quando o número de alunos matriculados atingiu 3.500.000 contra 2.800.000 de 1937.

Em 1931 o Ministro Francisco Campos assinou o Decreto 19.851 que definia o Estatuto das Universidades Brasileiras. Em 11 de abril de 1934 foi criada a Universidade do

Estado de São Paulo – USP, onde os Cursos de Filosofia eram ministrados por treze professores europeus contratados na Itália, França, Alemanha e Portugal.

Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira, seu 1º Reitor, com: Faculdade de Filosofia e Letras; Faculdade de Ciências; Faculdade de Economia Política e Direito, Escola de Educação e Instituto de Artes. Dois anos depois ela seria absorvida pela Universidade do Brasil.

Na saúde foram lançadas, ao longo dos anos 30, campanhas de erradicação de doenças como: febre amarela; peste; esquistossomose; lepra e a tuberculose. Ainda em 1930 o Governo iniciou a campanha de vacinação contra a tuberculose (BCG) e em 1935 foram ministradas à população 6.745 doses de BCG, mas estas doses ainda eram totalmente insuficientes para conter o avanço da doença e tiveram que crescer gradativamente ao longo dos anos.

O Departamento Nacional de Medicina Experimental foi dirigido pelo cientista Carlos Chagas, o de Assistência Pública por Pedro Ernesto, centralizando a rede nacional de hospitais e o de Saúde Pública foi comandado por Belisário Pena.

A nova política econômica dava mais importância ao mercado interno e medidas foram tomadas para proteger a indústria dos competidores internacionais. Em maio de 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café - CNC que passou a ser Departamento Nacional do Café – DNC, em 1933. O DNC visava tirar de São Paulo o controle absoluto sobre a política cafeeira. Em 1931, foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar com delegados nomeados pelo Ministro da Fazenda, em 1932 foi criado o Instituto do Cacau e em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA.

Em 1934 foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior - CFCE, que mais tarde se transformou em órgão de assessoramento do Governo em questões econômicas e o

Instituto Nacional de Estatística, centralizando departamentos de vários Ministérios, por proposta de Juarez Távora, quatro anos depois ele seria transformado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O mercado interno foi unificado abrindo o caminho para algum desenvolvimento industrial que substituísse os produtos importados.

Desta forma os anos 30 foram de importância fundamental para traçar os rumos que deveria seguir a economia do país e estabelecer as diretrizes básicas para uma maior industrialização. Como consequência destas mudanças e estruturação do setor público, a burocracia governamental passou a ter um papel cada vez mais importante.

As medidas centralizadoras estabelecidas pelo Governo Federal fizeram surgir insatisfações nos setores oligárquicos e na área militar, na alta oficialidade do Exército cresciam as manifestações de insatisfação com o fortalecimento do tenentismo e com as tentativas de organização dos tenentes que por sua vez temiam a força das oligarquias regionais.

### 2.3 O Governo Constitucionalista (1934 – 1937)

Getúlio Vargas convoca a assembléia em 1933 e em 16 de Julho de 1934 a nova Constituição entra em vigor. No mesmo caso, o colégio eleitoral escolhe o próprio Getúlio Vargas como presidente da República.

Nessa mesma época, duas grandes vertentes políticas começaram a influenciar a sociedade brasileira. Por um lado, a extrema direita fundara a Ação Integralista Brasileira, baseado nos movimentos nazista e fascista na Europa. Pelo outro lado, crescia a força do

Partido Comunista do Brasil, espelhado no sucesso da instauração do socialismo na União Soviética.

A Constituinte de 34 apesar de estar relacionada à Revolução de 30 estava muito mais ligada à Revolução Constitucionalista de 1932. O projeto de São Paulo era reformar a política brasileira, mas mantendo o liberalismo.

A Constituição de 1934 estabelecia um Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Getúlio, limitava a autonomia financeira dos Estados, mas assegurava o Regime Federalista, estabelecia o intervencionismo do Estado em assuntos econômicos e sociais, assegurava o predomínio do Legislativo no sistema político e fazia dele um instrumento para inibir o avanço do Executivo.

No dia 10 de novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas anunciou ao país o Estado Novo, em cadeia de rádio. Alegando a existência de um plano comunista para a tomada do poder, Getúlio fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição, que ficaria conhecida depois como "Polaca" por ter se inspirado na Constituição da Polônia, de tendência fascista.

#### 2.4 O Estado Novo (1937 – 1945)

O Estado Novo foi um período autoritário que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do Governo Central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. Foi uma resposta política à instabilidade do período de 1934 a 1937, uma vez que os grupos políticos vitoriosos em 1930 se viram ameaçados pelo extremismo de esquerda e de direita e pelo retorno ao poder de oligarquias estaduais. Em termos ideológicos, o Estado Novo teve evidente

inspiração fascista dos regimes europeus, mas apresentou reais avanços na Legislação Trabalhista.

O período do Estado Novo foi, a um só tempo, de grande avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo devido à implantação de uma ampla legislação trabalhista - para os trabalhadores urbanos - e de apoio à industrialização, e de expressivo retrocesso em termos de liberdade política, com a extinção dos partidos políticos, a censura e a repressão. O Tribunal de Segurança Nacional, criado para julgar participantes da Intentona Comunista passou a julgar os adversários do regime.

Os cinco primeiros anos do novo regime foram de consolidação do poder de estado, quando foram efetivadas a maioria das reformas de natureza administrativa e política e foram dadas muitas das soluções econômicas e sociais, que já se faziam necessárias na época anterior. Houve preocupação em legitimar o Golpe de Estado e isto foi realizado utilizando a propaganda política e a repressão aos opositores. Entre as muitas ações do Governo para alcançar seus objetivos podemos destacar:

- Constituição de 1937 - deu ao Presidente plenos poderes, abolindo todo o Legislativo, o Governo passou a tomar suas medidas através de Decreto-Lei.
- Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – criado em 1939, foi o principal sustentáculo do regime, estava subordinado ao Ministério da Justiça e tinha como função divulgar as ações do Governo, principalmente através da "Hora do Brasil". Era o responsável pela censura e pela propaganda governamental.
- Código de Imprensa - foi publicado em dezembro de 1937 e tornava ilegal qualquer referência desrespeitosa às autoridades públicas.
- Reforma Administrativa - criou em cada Estado um Departamento Administrativo, subordinado ao Ministério da Justiça, que supervisionava na aparência

as funções administrativas, mas na verdade as atividades do próprio Interventor. Este sistema hierarquizado de controle garantia a subordinação aos programas e às ordens federais. Foi criado também o Departamento Administrativo de Serviço Público - DASP, em 1938, que instituiu o Concurso Público para o funcionalismo e organizou a burocracia.

- Plano Econômico - estimulou a diversificação da produção agrícola, aproveitando culturas já existentes e em desenvolvimento, assim foram criadas autarquias e órgãos públicos regidos por padrões de eficiência, como o Instituto do Açúcar e do Alcool - o IAA, o do Mate, o do Pinho e o Instituto Brasileiro do Café - IBC. Por volta de 1940, a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava sendo intensamente utilizada.
- Mercado consumidor nacional – estimulou a sua criação abolindo as taxas interestaduais de exportação e integrando os setores rural e urbano;
- "Cultura nacional"; – patrocinou o cinema, a música, o teatro e as artes plásticas que foram organizadas e regulamentadas e criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde;
- Organizou a mão-de-obra nacional e sob a hegemonia do Estado criou a Legislação Trabalhista - regulou as relações entre operários e trabalhadores urbanos de um lado e do outro, os patrões. Entre os direitos trabalhistas adquiridos pode se destacar: jornada de oito horas de trabalho; férias remuneradas; estabilidade no emprego após dez anos; indenização por dispensa sem justa causa; convenção coletiva de trabalho e a regulamentação do trabalho das mulheres e menores. Foram criados os

Institutos de Aposentadoria e Pensões, que garantiam assistência aos diversos grupos de trabalhadores.

As relações entre o Governo Central e os Estados foram regulamentadas de modo a eliminar os últimos resquícios da República Velha. Os Governadores foram substituídos pelos Interventores cujas nomeações dependiam do Presidente. As Polícias nos Estados dependiam, por meio dos Interventores, de Vargas, um recurso de controle que visava impedir qualquer concorrência com as forças e grupos armados do Governo Federal.

Em 1939 o Estado Novo liquidaria com a autonomia sindical instituindo o sindicalismo oficial e criando o Imposto Sindical que representou a fonte de financiamentos e de benefícios reais, mas também a dependência política das associações e de seus integrantes em relação ao Estado.

Em 1940 teve início o planejamento inovador de Getúlio, com os Planos Quinquenais do Ministro Souza Costa que previam a criação de usinas de aço, fábricas de aviões, usinas hidroelétricas em Paulo Afonso, estradas de ferro e de rodagem e a compra na Alemanha de navios e aviões. Estes planos foram executados apenas em parte, mas sua importância para a vida nacional foi bastante grande. Em 1941 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce, com estas empresas foram lançadas as bases para a industrialização do Brasil.

Em 1943, Getúlio edita a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, da mulher, do trabalho noturno e a fixação da jornada de trabalho em 8 horas de serviço.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Vargas mantém um posicionamento neutro até 1941, quando da assinatura do acordo entre Brasil e Estados

L

Unidos, pelo qual o governo norte-americano se comprometeu a financiar a construção da primeira siderúrgica brasileira, em troca da permissão para a instalação de bases militares no Nordeste, mais especificamente em Natal.

Após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, declara a guerra à Alemanha e à Itália. Em 28 de janeiro de 1943, Vargas e Franklin Roosevelt (Presidente dos EUA) participam da Conferência de Natal, onde ocorrem as primeiras idéias que resultam na criação, em novembro, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo 1º Escalão é enviado em julho de 1944 para combater na Itália. Em junho de 1945, declara guerra ao Japão.

Com o término do conflito em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficam mais fortes. Apesar de algumas medidas tomadas, como a definição de uma data para as eleições, a anistia, a liberdade de organização partidária, e o compromisso de fazer eleger uma nova Assembléia Constituinte, Vargas é deposto em 29 de outubro de 1945 por um movimento militar liderado por Generais que compunham seu próprio ministério.

## 2.5 A economia na Era Vargas

Foi Getúlio Vargas quem iniciou o processo de industrialização no Brasil. Durante o Império, empresários tentaram implantar indústrias no país. Com os efeitos da quebra da bolsa de Nova York sobre o café, em 1929, a política econômica que privilegiava a agricultura foi alterada. Podemos distinguir a política econômica da Era Vargas sob três aspectos: Agrário, industrial e financeiro.

- *Política Agrária*

A crise internacional de 1929 atingiu em cheio a economia brasileira, baseada exclusivamente na exportação de produtos primários, principalmente o café, que teve seus estoques aumentados e os preços do produto em queda. Desta forma o Governo de Getúlio Vargas teve início enfrentando os problemas da superprodução do café, o esgotamento de recursos cambiais e a crise das finanças públicas.

Por pressão dos coronéis paulistas, Vargas criou em 1931 o Conselho Nacional do Café - CNC que implementou a "política de sustentação" através da compra e queima dos excedentes que estavam estocados em depósitos do Governo. A queima, logo de início de 17,2 milhões de sacas provocou a redução dos preços do produto no mercado internacional e a economia começou a se recuperar ainda em 1933, antes mesmo do que os Estados Unidos.

Vargas desejava evitar confronto com os plantadores de café, mas mesmo assim teve que enfrentar a oposição paulista com a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1933 o Conselho passou a ser o Departamento Nacional do Café - DNC, que ao final do Governo já era o Instituto Brasileiro do Café - IBC.

A "política de sustentação" adotada por Getúlio e pelo Ministro da Fazenda, o paulista José Maria Whitaker, foi baseada em três pontos:

- a compra de boa parte da safra de 1929/1930 com empréstimos de bancos ingleses, evitando que os cafeicultores falissem, porque se isto acontecesse pararia toda a economia do país que estava baseada no café e isto logicamente não interessava a ninguém, todos perderiam;
- o Governo passou a queimar parte do café, para desespero dos cafeicultores, desta forma entre 1931 e 1944 quando o Governo parou de destruir os

estoques: as "quotas de sacrifício", foram incinerados 78,2 milhões de sacas de café. Esta providência pôs fim a queda desenfreada do preço do produto que pode ir se estabilizando no mercado internacional;

- paralelamente, o Governo lançou uma ofensiva comercial, vendendo café para novos países da Europa Central e assinou com os Estados Unidos um acordo, em 1935, com o qual eram mantidas as isenções de tarifa nas importações de café brasileiro.

Além destas medidas o Governo também reduziu o imposto de exportação do café. O mercado internacional reagiu e as exportações subiram enquanto o preço descia, colocando o produto mais competitivo em relação ao de outros países:

A recuperação foi necessária porque o país não podia prescindir de seu produto mais importante, que a despeito da industrialização por que o Brasil passou nas décadas de 1930 e 1940, continuou sendo o seu principal produto e a sustentação da economia do país até a década de 1950.

Outros produtos agrícolas relevantes no período foram: o cacau, ligado à economia regional da Bahia, mas que tinha expressão no mercado mundial e o algodão que teve aumento expressivo, entre 1934 e 1937, no comércio entre Brasil e Alemanha.

- *Política Industrial*

Apesar de o Governo Vargas ter equilibrado a situação do café no mercado internacional as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola conduziram o Governo a investir no desenvolvimento industrial como saída para a dependência externa e assim, de certa forma pode se dizer que a crise serviu de incentivo à industrialização.

L

O Governo procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava no incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país. A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares. Além disto, isenções foram criadas para exportações de bens de capital e as indústrias de base tiveram grande desenvolvimento.

Os industriais que haviam feito oposição ao Governo Vargas no seu início, acabaram se aproximando do poder. O boicote à Legislação Trabalhista, foi desaparecendo gradativamente ao longo da década de 30.

O grande crescimento industrial de 1933 a 1936 – 14,1%, puxou o PIB para uma taxa de 7,4, diante do mau desempenho do período de 1929-1932, representa um salto bastante considerável. Neste período os setores industriais que mais se destacaram foram: têxtil, químico, de papel, cimento, aço e pneus.

Em dois momentos o PIB teve um declínio significativo: 1929-1932 e 1942-1945; declínio que pode se considerar ligado à queda de produção industrial e à desorganização trazida pela crise de 1929 e pela II Guerra. A coluna “Importações de Bens de Capital para a Indústria” mostra que a indústria se equipou para a fase de crescimento, assim na primeira metade da década de 1920 e no período de 1933-1936 a compra de equipamentos importados cresceu substancialmente.

Outras políticas que favoreceram o crescimento industrial foram: a regulamentação do trabalho pela Legislação Trabalhista, a regulamentação sindical e das leis previdenciárias e a organização corporativa da indústria abrindo espaço no Congresso e no Executivo para suas reivindicações.

A Segunda Guerra Mundial reduziu a oferta de artigos industrializados, isso obrigou substituição destas importações, fomentando o desenvolvimento das indústrias locais. Foi

implementada ainda uma política de exploração das riquezas nacionais, com o Estado participando das atividades econômicas principalmente aquelas vitais que precisam de estímulo governamental para desenvolver-se, como: a siderurgia; a de petróleo e a de energia elétrica. É neste contexto que são criadas a CSN, A Companhia Vale do Rio Doce e o conselho nacional de Petróleo (o que seria mais tarde a Petrobrás).

- *Política financeira*

O setor bancário brasileiro teve sua estruturação apoiado em três bases:

- bancos estatais - representado pelo Banco do Brasil proveniente da época do Império e alguns bancos estaduais que começaram a se estruturar a partir de 1928;
- bancos privados – com caráter regional, mas que já começava a apresentar alguma solidez financeira, sendo os mais importantes: o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco da Província do Rio Grande do Sul;
- bancos estrangeiros – representados pelos bancos britânicos que operavam no Rio de Janeiro desde 1923 e mais alguns franceses, portugueses, italianos e alemães. Estes bancos operavam com a exportação do café.

No Governo Vargas, o Banco do Brasil se firmou como o centro do sistema bancário, colocando-se no apoio e garantia do setor. Em 1932 foi criada a Caixa de Mobilização bancária que juntamente com a Carteira de Redesconto que já existia desde 1921, faziam com que ele atuasse como um banco comercial e também agência financeira do Governo, regulando o mercado bancário e financiando direta e indiretamente a produção rural e depois também a industrial.

✓

## 2.6 Produção cultural na Era Vargas

Num período que se destacou pela crise da economia agrário-exportadora e transição para uma economia industrial, pelo declínio das oligarquias e ascensão de outras classes sociais e o fortalecimento de propostas autoritárias, em termos culturais pode-se dizer que o período foi muito rico e diversificado.

O Regime varguista concebeu e organizou a cultura com os olhos voltados para as experiências européias nazi-fascistas da Alemanha e da Itália, onde a cultura era entendida como suporte da política. O processo foi acompanhado principalmente: pelo surgimento de cursos superiores; pela expansão das instituições culturais públicas e pelo surto editorial.

A produção artística cultural engajada ficou a cargo do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, responsável pela orientação cultural do período. A política cultural do varguismo foi coerente com a concepção de Estado que orientou a atuação do governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificavam a proibição ou valorização de produtos culturais... A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram. (In: CARVALHO, 2001, p.158)

O Governo de Getúlio patrocinou o cinema, a música, o teatro e as artes plásticas, mas não de maneira idêntica. Os diferentes campos artísticos foram organizados e regulamentados, como tudo no Estado Novo. Foi uma época de muito nacionalismo, com destaque para a construção da "cultura brasileira". Mesmo as pessoas que eram contra o Governo de Getúlio apoiavam suas ações em prol da cultura.

Depois de 30, os intelectuais eram funcionários públicos que dependiam do Estado ou do mercado cultural, eram ligados à elite burocrática. Os funcionários eram escolhidos por mecanismos de seleção, capazes de avaliar a competência através de trunfos escolares. Apesar da rede de relações sociais serem importantes a qualificação profissional passou a ser necessária e a contar cada vez mais. Ser intelectual neste período designava a pessoa que executava tarefas e funções que exigiam o intelecto.

No Estado Novo havia uma política estatal de cultura, assim podemos dizer que o que diferenciava as duas fases da República era o uso que se dava aos intelectuais, no Estado Novo ele era utilizado pelo Estado e representou a sua sustentação bem como a do próprio regime. A ideologia do Estado Novo juntando o novo e nacional, a modernização e a tradição, construiu uma cultura política onde os intelectuais tiveram um papel de destaque.

Os canais de expressão da sociedade civil foram transformados em espaço de veiculação da ideologia de Estado, assim as organizações culturais foram incorporadas pelo Governo. O rádio, o cinema educativo, o esporte, a música popular faziam parte do objetivo comum de integrar os indivíduos ao novo Estado Nacional.

A revolução radiofônica teve início em 1931. Até o início da década de 30, existiam 21 emissoras instaladas no país e a programação se baseava em música erudita, ópera e textos instrutivos. Em 1931, o Governo passou a se ocupar do rádio que foi definido como de "interesse nacional e de finalidade educativa", com seu funcionamento regulamentado e passando a ser vital na propagação nacional da música popular, especialmente o samba. Em 1932 foi aprovada por Decreto a veiculação de propaganda através do rádio.

O Estado Novo assim representaria historicamente uma etapa no processo de incorporação à vida política das novas camadas sociais que acompanhavam o desenvolvimento e diferenciação da economia brasileira, mostrando a impossibilidade da

manutenção de um sistema de dominação que tinha o predomínio das oligarquias exportadoras no conjunto da sociedade.

O nacionalismo passou a ser um projeto de Estado, cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais no sentido de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. De um lado estava o interesse dos ideólogos do Estado Novo e do outro a vertente autoritária dos interesses da burguesia. Apesar das divergências havia um ponto comum: a construção da Nação passava pelo controle da classe trabalhadora pelo Estado.

A questão social seria sublimada pela união da elite e das massas, que o estado estava incumbido de promover, organizando o povo em uma Nação.

✓

## CAPÍTULO 2

### Reorganização das políticas públicas de Saúde

Logo após a vitória na Revolução de 1930 e a implantação do governo provisório foi criado ainda no mesmo ano juntamente com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representando a novidade que aportava ao estado, o Ministério de Educação e Saúde, em Dezembro de 1930. Em seus quatro primeiros anos de existência este ministério passou por três chefias, nas quais, ocuparam a pasta: Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires.

Buscando informações que caracterizassem tais políticas sanitárias, investigamos em documentos oficiais e literaturas secundárias como estas políticas eram implementadas e mantidas no referido período. Durante esta busca descobrimos a figura de um homem que caracterizou e configurou a essência do trabalho feito pelo Ministério de Educação e Saúde: Gustavo Capanema. Bacharel em direito em Minas, participou do grupo de intelectuais da Rua da Bahia, mas atraído para a política fez parte da administração pública Mineira. Em julho de 1934, Gustavo Capanema foi indicado para a chefia do ministério da Educação e Saúde e permaneceu no cargo até o final do governo Vargas em 1945. Durante a gestão de Capanema o ministério encontra a configuração e a personalidade que o caracterizarão por toda a Era Vargas.



## 2.1 – A Gestão Capanema

Com ele se inicia o processo de consolidação de uma nova estrutura administrativa para a saúde pública que perdurará com poucas alterações, até a criação em 1953 do Ministério da Saúde (no Segundo governo Vargas). Os dois primeiros anos da gestão Capanema dedicaram-se especialmente a proporcionar ao ministério, através de uma ampla reforma, os meios burucrático-administrativos necessários ao empreendimento de sua missão. Capanema cunhou a marca de sua administração: “O ministério do Homem”, destinado a “preparar, compor e aperfeiçoar o homem do Brasil”. A “valorização” do homem brasileiro era, no entender do ministro, um projeto cultural, pois em sua abordagem, cultura significa a nítida e impressionante presença do homem diante da natureza e das forças circuncidantes, impondo a elas sua vontade. Como instrumento do advento deste homem destinando sobretudo a viver pela nação, nela integrando corpo e alma, o ministério da Educação e da saúde deveria, na opinião do ministro, chamar-se “Ministério da Cultura Nacional”.

Capanema direcionava a organização deste Ministério ora segundo os ideais da política econômica de Vargas, onde se fazia necessário a consolidação de uma unidade nacional, ora segundo a visão moderna e empreendedora dos intelectuais da época como Lúcio Costa, Mário de Andrade, Cândido Portinari, dentre outros.

É neste quadro que se insere a idéia de prover o ministério de um edifício que abrigasse seus órgãos de direção. Cuidava-se de equipar esses órgãos com instalações adequadas, diminuir as despesas com aluguéis, produzir um sistema eficiente de fluxos burocráticos e normalizar o atendimento ao público. A estas razões de ordem eminentemente administrativa, soma-se o intento de dotar o ministério de uma face pública, um edifício sede que sintetizasse o espírito da gestão.

O edifício deveria demonstrar, com a sua monumentalidade arquitetônica, a própria razão de ser de um ministério inaugurado para “educar e curar” o Brasil, livrando-o de seus grandes males e propiciando-lhe um futuro promissor e moderno. (Gomes, 2000, p.13)

O prédio que resulta desta iniciativa, inaugurado em três de Outubro de 1945, e que hoje leva o nome de palácio Gustavo Capanema, tornou-se um marco na arquitetura brasileira. Sua importância pôde ser dimensionada ainda no decorrer da construção, e sua repercussão transpôs facilmente as fronteiras do país.

Em abril de 1935, após obter da prefeitura do distrito federal a denominada quadra f da esplanada do castelo, o ministério abriu concursos de anteprojetos para a construção de sua sede. É importante destacar que o ministério estava igualmente empenhado em outra obra de vulto: o planejamento da cidade universitária. O grandioso projeto arquitetônico e urbanístico exigia naquele momento a escolha de um sítio apropriado e a elaboração de um programa compatível com a reforma por que passavam os institutos universitários do Rio de Janeiro, no sentido da criação da universidade do Brasil.

O concurso segue o curso normal e o júri do concurso – constituído por Souza Aguiar, Salvador Duque Estrada Batalha, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Natal Paladini e o próprio Gustavo Capanema, decide pela eliminação sumária de projetos que houvessem desrespeitado as normas do edital. A classificação recai apenas sobre três projetos: “Alpha”, de Arquimedes Memória; “Minerva”, de Gerson Pompeu Pinheiro; e “Pax”, de Rafael Galvão e Mário Fertini. Os autores dispunham de mais 45 dias para devolvê-los até o julgamento final.

A reação dos arquitetos modernistas eliminados do concurso veio através da revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, a edição lamentava o fato de anteprojetos não terem sido expostos e publica dois trabalhos modernistas desclassificados. O mesmo número contém também uma crítica velada, mas sutil, a respeito do concurso.

O concurso segue seu curso e na decisão final o vencedor é eleito pelo júri o projeto de Arquimedes Memória, catedrático de grandes composições.

A posterior desconsideração do resultado do concurso pelo ministro Capanema e a escolha de Lucio Costa para coordenar o trabalho de elaboração de um novo projeto são acontecimentos notórios. Capanema, cercado por um número considerável de assessores modernistas (Manuel Bandeira, Rodrigo de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, dentre outros) teria ficado desolado com o resultado do concurso, decidindo-se então a chamar Lucio Costa para coordenar os trabalhos de um novo projeto.

O projeto de construção do edifício-sede do ministério, posteriormente conhecido como palácio da cultura, foi a grande oportunidade de colocar na prática o projeto de uma obra que concretizasse, ao mesmo tempo, os ideais revolucionários do modernismo e a consagração da obra educacional e cultural do ministro. A carta de Lúcio Costa a Capanema em Outubro de 1945 sintetiza os ideais que envolveram o projeto do edifício, e as condições que permitiram sua construção:

Foi, efetivamente, neste edifício, onde pela primeira vez se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias mestras porque, já faz um quarto de século, o Gênio Lê Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado (...) Neste oásis circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor – flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão, mais belo. (SCHWARTZMAN, 2000, p.111)

## 2.2 – A reforma Capanema e as conferências nacionais de Saúde

Ao iniciar a sua gestão no Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), em 1934, Gustavo Capanema parecia ter clareza da necessidade de reorganizar os serviços de educação e saúde. Assim, deu início a uma reforma administrativa nos serviços federais de saúde, tendo como lastro os ideais que orientavam a política Varguista, quais sejam, a formação de uma nova nação e de um novo homem e a necessidade de consolidar uma unidade nacional. As referências à estrutura administrativa que o MESP apresentava até então apontavam, segundo o ministro, para a necessidade de reformá-la no sentido de dar-lhe um formato mais coordenado, uniformizado e harmônico, buscando a centralização como solução. Na realidade, foi esta reforma que definiu a política de saúde pública no período em questão, adequando-as aos princípios básicos que haviam definido a política social do Estado novo. Essa reforma é a principal referência para a compreensão da política de saúde neste período.

O diagnóstico sobre a necessidade de mudanças na área administrativa do ministério já existia antes mesmo do golpe de Novembro de 1937. Esse diagnóstico e as reformas se enquadravam num programa de planejamento e organização do poder público no qual a concepção-chave era a construção de um aparato governamental capaz de atuar em todo o território nacional coordenando as ações nas esferas Federal, Estadual e municipal. Racionalidade Administrativa e fortalecimento do poder central fizeram parte da receita da reforma administrativa empreendida pelo governo Vargas desde o seu início. (Gomes, 2000, p.177)

Antes da implantação da reforma Capanema, o governo federal deveria atuar nos estados, principalmente através da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS), que tinha como função coordenar as Diretorias Estaduais de Saúde, de modo que as iniciativas da união não ficassem restritas no Distrito Federal. Mas, em relatório sobre a atuação desta diretoria no ano de 1935, constata-se que a relação com os estados se deu basicamente através de subvenções. Ao final do relatório, o próprio Capanema afirma que os recursos empregados nos serviços de saúde e educação na esfera federal, ainda eram insignificantes e que o Distrito Federal continuava sendo o principal alvo das preocupações sanitárias.

Com a aprovação da reforma Capanema pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, o território nacional foi dividido para efeitos administrativos em oito regiões contando cada uma delas com uma Delegacia Federal de Saúde. As delegacias tinham como função supervisionar as atividades necessárias à colaboração da união com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social.

Para demonstrar a intenção do governo de centralizar e nacionalizar as políticas pública de saúde podemos citar algumas estruturas criadas pela reforma como: o Fundo Nacional de Saúde, o Instituto Nacional de Saúde e as Conferências Nacionais de Saúde.

As Conferências Nacionais de Saúde também foram criadas neste processo de reformulação e representam uma das inovações institucionais trazidas ao cenário político-administrativo. Em 10 de novembro de 1941, o ministro Capanema inaugura a I Conferência Nacional de Saúde (CNS). Esta conferência foi convocada para discutir especificamente os temas da organização sanitária estadual e municipal; a ampliação e a sistematização das campanhas nacionais de saúde contra a lepra e a tuberculose; a determinação das medidas para o desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento e um plano de desenvolvimento da “obra nacional” de proteção à maternidade, à infância e à adolescência. O resultado da I

CNS foi a confecção de planos para cada um dos temas que orientariam a atuação do Ministério de Educação e Saúde.

As conferências objetivam firmar os princípios de articulação entre as administrações Federal, Estaduais e Municipais, no tocante aos serviços de educação e saúde em todo o território nacional, a fim de se organizarem as bases racionalizadas mediante a cooperação das citadas três ordens de administração (Gomes, 2000,p.182)

### 2.3 – A Organização dos serviços sanitários

O Departamento Nacional de Saúde pública, incluído entre os órgãos do Ministério de Educação e Saúde, passou a partir de 1934 por uma série de remodelações necessárias. Assim, tratou-se de congregar sob um mesmo comando, vários serviços dispersos realizados pela União e estendeu-se a ação federal aos estados, atendendo especificamente a certos problemas de caráter nacional e amparando técnica e financeiramente as repartições sanitárias locais para as soluções dos demais.

Conforme vai se verificar avultam por todas as regiões do país os empreendimentos de assistência hospitalar, e recrescem na tabela dos recursos financeiros concedidos a amplas instalações e serviços, as verbas destinadas à profilaxia e tratamento dos males que entibiam, consomem e extinguem inumeráveis vidas, acidentando de sombras o quadro do engrandecimento nacional. (Cartier,1941, p.11)

Podemos exemplificar estas remodelações através de iniciativas como o da implantação no Distrito Federal dos sistemas de centros de saúde em substituição às inspetorias especializadas e cuidou-se também de dar direção especializada aos hospitais

gerais mantidos pelo governo. Algum tempo depois, definiram-se os quatro grandes rumos dos serviços de saúde, cuidando-se de instituir para todos eles as possibilidades de agirem em todo o território nacional. Deste modo, a reforma estabeleceu o Departamento Nacional de Saúde como órgão de direção, com as seguintes Subdivisões:

- Saúde Pública de Assistência Hospitalar
- Saúde Pública de Assistência a Psicopatas
- Saúde Pública de Amparo à Maternidade e à Infância

A cada subdivisão incumbia ainda promover a cooperação da união com os serviços locais, por meio de auxílio e subvenção federais, fiscalizando a aplicação dos recursos concedidos.

Assim, fica a cargo do Departamento Nacional de Saúde:

- Promover a realização de inquéritos, pesquisas e estudos sobre as condições gerais de saúde, sobre as questões de saneamento e higiene e também, sobre a epidemiologia das doenças existentes no país e métodos de tratamento;

- Superintender a administração dos serviços federais destinados à realização de atividades mencionadas no parágrafo anterior;

- Estabelecer a coordenação das repartições estaduais e municipais e das instituições de iniciativa privada que se destinem a realização de qualquer atividade correlata aos problemas de saúde;

- Organizar cursos de aperfeiçoamento sobre assuntos médicos e sanitários.

Dentre as diversas realizações em prol dos serviços sanitários empreendidas por este departamento, citamos:

- Organização de campanhas epidemiológicas de combate a doenças que assolavam a população no referido período como peste Bubônica, malária, febre amarela, lepra, tuberculose, doenças venéreas, dentre outras;

- Início ao combate ao câncer instituindo-se, no Distrito federal, o centro de cancerologia;

- Impulsão da remodelação do centro de proteção a psicopatas no Distrito Federal com a construção da colônia Juliano Moreira;

- Organização do Curso de Saúde Pública para a preparação de sanitaristas especializados para a administração sanitária do país;

- Ampliação do serviço de águas do Distrito Federal;

- Ampliação do serviço de esgotos da capital;

- Aumento do apoio entre as esferas federa e privadas, com o intuito de empreender maiores números no que diz respeito à assistência social.

#### **2.4 – As Campanhas contra as epidemias**

A centralização do poder no nível federal permitiu a emergência de um mercado nacional integrado, base para a implementação de uma política de substituição das importações no setor industrial. O processo de modernização e a retomada da industrialização refletem-se na criação de instituições de pesquisa e tecnologia que vão constituir a base para o progresso do estado

Nesse período, o eixo dinâmico da economia passa a ser a produção industrial para o mercado interno tendo em vista as dificuldades para a expansão das exportações durante o período da depressão econômica e da II Guerra Mundial. Os problemas urbanos se avolumam e ganham destaque nas lutas populares a questão da moradia, a falta de água, a carestia, o crescimento da inflação.

O quadro sanitário, em relação às doenças endêmicas e epidêmicas permanece praticamente inalterado. As mesmas doenças que haviam dominado o cenário no período anterior se fazem presentes agregando-se a elas a emergência de novos problemas ou de antigos sob novas roupagens.

Neste trabalho, iremos descrever as ações realizadas nas campanhas epidêmicas de tuberculose, febre amarela, peste bubônica e lepra no período de 1930 a 1945.

#### • Tuberculose

A campanha sistemática do governo federal contra a tuberculose teve início no ano de 1935, com um plano de ação larga que se iniciou em parte por medidas de emergência, dada a necessidade de isolar e assistir aos casos adiantados da doença em um número considerável de pessoas, que não encontravam acomodações nos hospitais. Para a campanha contra a tuberculose três ações principais foram implantadas pelo governo federal: A construção do hospital para tuberculosos, o proventório para crianças débeis e a B.C.G (A BCG ou Bacilo de Calmette e Guérin é a única vacina contra a tuberculose utilizada para imunizar crianças e adultos e aplicada sob a forma de injeção intradérmica. Criada em 1921, é produzida a partir de cepas - uma espécie de microorganismo - do Mycobacterium bovis, sendo indicada, preferencialmente, para crianças de 0 a 4 anos de idade e adultos que não foram imunizados)

Causada pelo bacilo de Koch, a tuberculose ataca os pulmões, podendo causar lesões em qualquer parte do corpo.

Trata-se de uma doença contagiosa, transmitida de pessoa para pessoa através da tosse, espirro e fala.

Ao ser expelido no ambiente, o bacilo pode permanecer em suspensão por horas, facilitando a contaminação. Uma única respiração de um único germe expelido é suficiente para contaminar uma pessoa, embora uma transmissão bem sucedida exige, pelo menos, 200 a 300 horas de convívio para a população em geral e menos tempo para as pessoas que apresentam deficiências imunológicas.

Os sintomas da tuberculose mais comuns são a tosse persistente por mais de 3 semanas, geralmente com escarro e sangue, além da perda de peso, dor no peito, suor noturno e cansaço.

Seguindo neste plano, o governo federal inaugura no mesmo ano abrigos femininos e masculinos por toda a cidade, novos hospitais e a partir de 1937, cuidou-se da construção de sanatórios por todo o país. O preparo e aplicação em maior escala da BCG foram aumentados consideravelmente, assim como o aumento no número de enfermeiras de saúde pública.

Segundo Cartier, a tuberculose pela sua larga incidência e altos coeficientes de mortalidade, foi considerada, com acerto, como o problema sanitário nº 1 do Brasil, os números falam por si:

Houve nas vinte capitais, em média anual 13.174 óbitos por tuberculose: correspondam essas cidades a uma população de 5.233.000 em 1933. Admitimos a mesma mortandade para o resto do Brasil, pode dizer-se que naquele ano ocorreram, na população de 39.939.154 habitantes, 100.538

óbitos por tuberculose, correspondendo a cada óbito cinco casos ativos, teremos o total, na realidade impressionante, de 502.690 tuberculosos: 1,2% da população.(CARTIER, 1941, p.76)

- **Febre Amarela**

A febre amarela foi pela primeira vez identificada por ocasião da descoberta da América pelos europeus nos fins do século XV e no XVI, datando de 1648 a primeira referência a um surto epidêmico ocorrido em Iucatã, México.

Constituiu um verdadeiro flagelo no século XIX e no início do século XX , para as zonas tropicais. No Brasil, o seu aparecimento foi pela primeira vez verificado em Pernambuco em 1686. Do surto então ocorrido há uma descrição que atribuía a epidemia a barris de carne putrefata transportada por um navio procedente de São Domingos, onde, então, havia casos da moléstia.

Desde aquela época, a febre amarela explodia em grandes surtos. Coube, porém, a Oswaldo Cruz a tarefa de dirigir o combate intenso à febre amarela no Rio de Janeiro e erradicá-la na capital. Estendendo-se posteriormente para outros estados. Os surtos de 1928 e 1929 serviram de lição para que fossem tomadas as devidas providências sanitárias. Deste modo, o Governo Getúlio Vargas resolveu empreender uma campanha de recursos permanentes, onde nunca faltassem meios e recursos.

O governo Vargas estabelece assim um convênio com a fundação Rockefeller e estende os serviços de campanha epidêmica a todo o território nacional. O Rio de Janeiro tornou-se assim, o centro orientador de tão grande empreendimento sanitário.

Em 23 de Maio de 1932, Vargas baixou o decreto nº 21.434 que aprovou o regulamento do serviço de profilaxia da Febre Amarela do Brasil. Este regulamento despertou maior interesse em diversos países como: Argentina, Bolívia, Colômbia, dentre outros.

O serviço de febre amarela passou mesmo a constituir uma escola, na qual vieram aprender vários médicos e outros técnicos dos Estados Unidos, Paraguai, Colômbia, Peru, Argentina, Venezuela, França, Bélgica, Alemanha e Colônias Inglesas da África.

Em 1932, foi verificada na vale do Canaã (Espírito Santo) a existência da modalidade silvestre da doença, transmitida sem o concurso da *stegomyia*. O fato foi de considerável importância nos estudos epidemiológicos da febre amarela, e veio dar explicação a epidemias urbanas. Assim, cria-se a viscerotomia, verdadeiro serviço de vigilância sanitária espalhado por todo país. O método de combate à doença permitiu a erradicação da espécie em várias áreas do país. A vacinação contra a febre amarela, único recurso profilático que havia no momento, foi largamente aplicada no Brasil, em maior escala no meio rural, onde foram vacinadas entre 1937 e 1942, 2.206.827 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 1939 a Fundação Rockefeller deixa de cooperar nos trabalhos de rotina no serviço de febre amarela, passando a responsabilidade para o governo brasileiro e posteriormente, pelo decreto-lei nº 3.171, de 2 de Abril de 1941, o serviço nacional de febre amarela passa a fazer parte do Departamento Nacional de Saúde (D.N.S).

- **Peste Bubônica**

A peste no Brasil constitui um importante problema sanitário, não só pela extensão da zona infectada (interior do nordeste), e pelo número de casos verificados, como também pelas conseqüências que traria à vida econômica do país.

Introduzida no Brasil em 1899, pelo porto de Santos, apareceu em 1900 no Rio de Janeiro e no Ceará; Pernambuco e Rio Grande do Sul foram atingidos em 1902; Maranhão e Pará em 1903; Bahia em 1904; Paraná, Espírito Santo, Sergipe e o Estado do Rio em 1906; Paraíba em 1912; Alagoas teve seu primeiro caso em 1914. O curso da doença em nosso país pode ser dividido em três períodos: no primeiro, o da invasão, atacou os nossos principais portos; no segundo estendeu-se pelo tráfego comercial às cidades do interior; no terceiro período, a peste começa a desaparecer do meio urbano.

O maior foco da peste era o do interior do nordeste, compreendendo parte dos estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Houve ainda outro foco importante, o de São Paulo.

Em 1936 a saúde pública federal iniciou uma campanha sistemática e intensiva contra a peste. Até então, a união ou as organizações sanitárias dos estados atingidos combatiam apenas os focos aparentemente isolados que surgiam, sem que empreendessem qualquer campanha sistemática. A partir de 1936, essa campanha esteve a cargo da diretoria dos serviços sanitários nos estados, superintendida pelo seu delegado na região do nordeste. Com a criação das delegacias federais de saúde em 1937, passaram os serviços a constituir atribuições das delegacias, em suas zonas respectivas. De 1935 até 1941, o governo federal aplicou na campanha contra a peste a quantia de 8.431.000 contos. Dentre as ações mais importantes verificadas de 1936 / 1941, destacam-se:

- Ratoeiras armadas – 9.818.624
- Ratos capturados – 1.063.921
- Pacotes de veneno contra ratos distribuídos – 31.752.962

Em 1941, o serviço nacional de Peste contava com o seguinte pessoal, distribuído em quatro circunscrições:

- Médicos – 15
- Laboratoristas – 5
- Pessoal de escritório – 13
- Guardas – 358
- Auxiliares – 92
- Motoristas – 7

- **Lepra**

Apesar do avanço das investigações, a origem da hanseníase é, ainda, um ponto obscuro para os pesquisadores. Existem poucos registros, referências e discussões sobre o aparecimento da doença, o que torna difícil uma abordagem mais precisa sobre o tema. As primeiras referências confirmadas, apenas descrições da doença, foram encontradas na Índia e no Egito, datadas do século 7 a. c. Sabe-se ainda que, na época em que Cristo viveu, conforme citação bíblica, havia casos de hanseníase. No Antigo Testamento, encontra-se toda uma orientação sobre a doença, seus sinais para identificação e cuidados em relação aos doentes,

mas dificilmente se pode comprovar que se tratava de hanseníase. É possível que se tratasse de manchas dermatológicas de outra etiologia.

No Brasil, apesar da gravidade da doença, até 1920 as autoridades federais não se movimentaram em torno do tema. De 1920 a 1930, deram-se os primeiros pequenos passos para a campanha. A atuação do governo federal, nesse terreno da saúde pública, limitava-se então a auxílios financeiros. Já em 1931, o Governo do presidente Getúlio Vargas procurou cuidar do assunto dentro deste critério financeiro. Somente em 1935 organizou-se de verdade um plano de realizações, objetivadas na construção de leprosários, cuidados com as famílias dos doentes, construção e instalação de proventórios para filhos de leprosos sadios, realização de censo dos leprosos, dentre outras medidas.

O governo federal aplicou desde o início do procedimento da luta contra lepra até o ano de 1941 a importância de 71.698.094 contos. O plano traçado para o combate à lepra ampliou a rede de proventórios estendendo-se por todo território nacional.



## CAPÍTULO 3

### Mudanças na Educação Brasileira

Com a Revolução de 1930, o Estado tornou-se o detentor da política educacional, o que demandou um permanente processo de negociação com os atores educacionais, estratégia indispensável para que o Governo construísse uma ampla base de apoio. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação. Apresentaremos a idéia de educação como meio difusor das práticas sanitaristas no país.

#### 3.1 – Movimento Escolanovvista

No âmbito educacional, a Escola Nova é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX .

Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram o escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Freidrich Fröbel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). O psicólogo Edouard Claparède (1873-1940) e o educador Adolphe Ferrière (1879-1960), entre muitos outros, foram os expoentes na Europa.

No Brasil, as idéias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a

divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

Podemos mencionar Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971), grandes humanistas e nomes importantes de nossa história pedagógica.

Um conceito essencial do movimento aparece especialmente em Dewey. Para ele, as escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades.

Lourenço Filho nos fala sobre a escola que Dewey dirigia no final do século passado, na Universidade de Chicago:

As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade. (Lourenço Filho, 1950, p.133)

O suíço Claparède - que teve grande influência sobre Piaget - defendia a idéia da escola "sob medida", mais preocupada em adaptar-se a cada criança do que em encaixar todas no mesmo molde. Ferrière e outros pedagogos, como o belga Decroly (1871-1932), insistiam que o interesse e as atividades dos alunos exerciam um grande papel na construção de uma "escola ativa". No trabalho de Ferrière como pedagogo, por exemplo, os passeios e o trabalho em equipe eram especialmente valorizados.

O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil no momento em que o país sofria importantes mudanças econômicas, políticas e sociais. O acelerado processo de urbanização e

a expansão da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles surgiram graves conflitos de ordem política e social, acarretando assim uma transformação significativa da mentalidade intelectual brasileira. No cerne da expansão do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista.

### 3.2 – História da Educação no Brasil (1930 a 1945)

A década de 1920, marcada pelo confronto de idéias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, culminou com a crise econômica mundial de 1929. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção. A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos": - O Decreto 19.850, de 11 de abril, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (que só vão começar a funcionar em 1934). - O Decreto 19.851, de 11 de abril, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. - O Decreto 19.852, de 11 de abril, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. - O Decreto 19.890, de 18 de abril, dispõe sobre a organização do ensino secundário. - O Decreto 20.158, de 30 de julho, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. - O Decreto 21.241, de 14 de abril, consolida as disposições sobre o ensino secundário. Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

O Governo Provisório foi marcado por uma série de instabilidades, principalmente para exigir uma nova Constituição para o país. Em 1932 eclode a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Em 1934 a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação. Em função da instabilidade política deste período, Getúlio Vargas, num golpe de estado, instala o Estado Novo e proclama uma nova Constituição, também conhecida como "Polaca".

Refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário Também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. No contexto político o estabelecimento do Estado Novo, faz com que as discussões sobre as questões da educação. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nesta nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Ainda assim é criada a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto

Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas pelas seguintes Decretos-lei, durante o Estado Novo: - O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. - O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial. - O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário. - O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI. - O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. - O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes. O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássica ou científica. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial (Piletti, 1996: 90). Ainda no espírito da Reforma Capanema é baixado o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial (observação: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC só é criado em 1946, após, portanto o Período do Estado Novo). Em 1944 começa a ser publicada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP.

O que existia eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central, alheios, portanto, a uma política nacional de educação. (Romanelli, 1978, p.131)

### 3.3 – A Reorganização dos ensinos, Primário, Secundário e Superior.

Com a criação do Ministério de educação e Saúde em 1930, iniciou-se a construção de um centro nacional de estudos e pesquisa sobre o problema da educação nos seus diferentes ramos e graus. Deste modo, foram realizados, em bases novas e seguras, os mais extensos e completos serviços de estatística educacional, com que se tornou possível o conhecimento da situação do ensino no país, sob os seu múltiplos aspectos, configurando-se num sistema nacional harmônico, coeso e funcional, que comunica a todas as instituições escolares uma mesma dinâmica.

É neste sentido que se insere a idéia de reorganizar o ensino no país nas esferas primária, secundária e superior, onde os ideias da política econômica Varguista, modelo centralizador, prevalece com o intuito de ampliar de modo amplo e concreto mudanças efetivas no âmbito educacional.

Assim sendo, inaugura-se uma política de maior aplicação de recursos financeiros aos serviços de educação, pela União, pelos estados e municípios. E como resultado desta mudança de atitude é que dados mostram que em 1930 2 milhões de alunos freqüentavam a escola e em 1945 este número passa para 4 milhões.

Dentre as mudanças verificadas no ensino primário, podemos citar uma maior intervenção Federal de modo mais decisivo e direto, antes tal tarefa era delegada à orientação das províncias. Maior auxílio Financeiro e conseqüentemente aumento no número de alunos.

Uma mudança de maior vulto e notoriedade ocorreu de fato com o ensino secundário, como podemos perceber nas palavras de Francisco Campos:

i

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras. (ROMANELLI, 1978, p.135)

Os números registravam menos de 100 estabelecimentos de ensino primário em todo o país, sem organização definida nem professorado registrado. Aos poucos as correções necessárias foram efetivadas e o ensino secundário, antes para poucos, torna-se popular e acessível para a população de adolescentes, o que gera um aumento nos estabelecimentos como consequência maior número de alunos.

No ensino Superior as mudanças ocorrem em torno da criação do regime universitário, instalações e novas construções propícias, a construção da cidade universitária, a limitação de matrículas e a seleção de professorado hábil e especializado.

### **3.4 – Saúde: Uma prática educativa no Brasil**

Neste período configura-se a saúde como uma prática educativa no Brasil, uma concepção de que a educação teria uma nova função: a de inculcar nas crianças noções de higiene relacionando-as as práticas pedagógicas vigentes.

As mudanças sociais, econômicas e políticas vão se avolumando e configuram, desde a década de 1920, um quadro de busca pela modernização, calcado nos avanços da ciência. Estes mesmos ideais de progresso e reformulação continuaram em vigor ainda nas

décadas de 1930 e 1940, épocas de mudanças nas leis trabalhistas e de participação popular, inclusive refletindo-se sobre a saúde e a educação.

A valorização crescente da ciência e a penetração de certas doutrinas filosóficas no país fizeram com que uma grande gama de profissionais se mobilizasse em busca de um processo de modernização da sociedade brasileira, firmando-se assim como portadores dos ideais de progresso e civilização. Médicos, educadores e engenheiros engajaram-se ativamente no que acreditavam ser a construção de um novo saber sobre a nação, um saber respaldado nas supostas objetividade e eficácia da ciência. (Herschmann, 1996, p.7)

Os meios de comunicação ainda engatinhavam neste período e a maioria esmagadora da população era analfabeta, possuindo condições financeiras desfavoráveis, o que dificultava a circulação das informações sobre higiene e saúde. Além disso, o medo que a população tinha da imunização persistia e somando-se a isso o recato da época, a escola configura-se numa aliada para os processos de modernização dos serviços sanitários.

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a revolução de 1930 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. (Romanelli, 1978, p.59).

A ligação criada entre os conhecimentos de educação e saúde, caracterização a educação sanitária da Era Vargas, onde saúde e educação tornam-se processos de interface e co-participativos que viabilizarão, através da informação, as melhorias nas condições de vida dos cidadãos. Nasce o modelo conhecido como “Escola promotora da saúde”.



## CONCLUSÃO

Através deste trabalho pudemos conhecer efetivamente as propostas e estratégias utilizadas na definição e no aprimoramento da ação conjunta entre educação e saúde. Ao encontrarmos documentos oficiais sobre as políticas médico-sanitárias vigentes no Rio de Janeiro no referido período, pudemos ter a exata dimensão da noção de saúde que se propagava e a constatação de uma estrutura administrativa que empreendesse as reais necessidades sanitárias e como estas políticas influenciaram na formação de currículos de professores primários da época. A educação sanitária era uma das políticas sociais do estado novo com objetivos claros de manutenção da saúde da classe trabalhadora frente à expansão do capitalismo, deste modo foram criados os centros de saúde, as campanhas higienistas no âmbito escolar, o ensino da área de saúde no curso de formação de professores, vacinação, dentre outros.

Nesta fase de intensa construção institucional do governo Vargas, foram reformuladas ou criadas diversas agências técnicas incumbidas de planejar construtivamente as ações do governo, objetivando instaurar uma ordem social. Assim, no âmbito do Ministério de educação e saúde, Gustavo Capanema estruturou uma rede de ações destinadas a gerir, a partir de um ponto de vista técnico e científico, os setores de educação, cultura, saúde, artes, arquitetura e patrimônio histórico nacional. Para o interesse daqueles que hoje buscam instrumentos para adequar a educação pública aos anseios de construção de uma sociedade democrática, o legado de Vargas deve ser entendido como o legado de uma geração de homens públicos que, para o bem ou para o mal, defenderam seus pontos de vista e procuraram interferir na articulação entre política e cultura, entre Estado e Educação. A existência de um sistema nacional de ensino, hoje, constitui o legado fundamental de Vargas

para a Educação brasileira. Soma-se a estas ações o conceito de universalização do acesso à escola — única, igual para todos, independente da posição social, do sexo ou da religião, ao contrário do que tradicionalmente ocorria no Brasil naquele período

Foram criados neste período o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro, dentre outros. Estas ações objetivavam a produção de políticas sociais duradouras adequadas a um estado moderno e de base nacional. A saúde configura-se como uma prática educativa que corrigirá os maus hábitos e ensinará os modelos de higiene necessários à valorização nacional e à necessidade de mão de obra sadia. O ensino e a higiene configuram-se nos alicerces das propostas sociais necessárias ao novo modelo nacional do Governo Vargas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Ângela de Castro (org): O ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: FGV, 2000.

LISSOVSKY, Maurício. Introdução. In: LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Morais de. Colunas da educação: A construção do Ministério de Educação e saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1997.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon (org). Estado Novo, um auto retrato. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CARTIER, Horácio. Decenal da revolução Brasileira. Política Sanitária. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e propaganda (DIP), 1941.

CAPANEMA, Gustavo. Discursos e outros escritos. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

HERSCHMANN, Micael. Introdução. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SCHMIDT, Mário. Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada. São Paulo: Nova Geração, 1997.

FILHO, Lourenço. Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Melhoramentos, 1950

FILHO, Lourenço. Tendências da educação brasileira. Brasília: INEP/MEC, 2002.

HORA, Dayse. Introdução. In: HORA, Dayse; SANTOS, Erivaldo Pedrosa dos. Ciências Naturais na Educação I. Rio de Janeiro: Consórcio CEDERJ, Fundação CECIERJ, 2004.

CARVALHO, Maria Alice Resende de. Organizadora. *República do Catete*. Museu da República, Rio de Janeiro, 2001.

- Documentos Primários – CPDOC / Arquivo Gustavo Capanema

Rolo nº 15 / Fotos de 1 à 558 – Exibe documentos sobre a organização geral do Ministério de Educação e Saúde;

Rolo nº 59 / Fotos de 1 à 930 – Documentos sobre a organização geral dos serviços de saúde;

Rolo nº 62 / Fotos 301 à 467 – Mostra documentos sobre os serviços de saúde pública no Distrito Federal (Rio de Janeiro);



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Luciana Santos de Oliveira

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Saúde: Uma  
prática educativa no Brasil

ORIENTADOR : Dayse Martins Hora

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: Angela Maria Souza Martins

Nota : 10,0 (dez)

Considerações:

O trabalho de Luciana demonstra uma  
vasta pesquisa no campo da saúde e da  
educação no período da primária na Vargas  
com abundantes informações de grande relevân-  
cia histórica, de modo a ressaltar a importância  
fermento das políticas de saúde e educação.

Cicredito este mesmo trabalho futuro fornecerá  
problemas experimentais novos e servirão como  
prática educacional. Foi atribuído ao aluno a  
aluna nota 10,0 (dez) A.B.L.

Segundo avaliador :

Professor orientador : Dayse Martins Hora

Nota: 10 (dez)

Considerações:

nos limites da pesquisa para o  
curso de graduação e a proposta de uma  
monografia de fim de curso a aluna  
atingiu plenamente os objetivos propostos.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Ligia Martha Coelho

Nota : 10,0

Considerações:

O trabalho contém os principais elementos de uma monografia.

**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10	10	10	30	10

Rio de Janeiro, agosto / 2006

*LMC*